

A FORMAÇÃO DO FILÓSOFO NO SÉCULO XXI: TRÊS RESPOSTAS

UNESPIANAS

Jonathan Braz de Souza, Augusto Rodrigues

UNESP/Marília, UFSCar

jonathan.braz@unesp.br, augustorodrigues@ufscar.br

Eixo Temático: Formação de Professores

THE EDUCATION OF THE PHILOSOPHER IN THE TWENTY-FIRST CENTURY: THREE UNESP PERSPECTIVES

Resumo

O objetivo deste trabalho consiste em problematizar os três eixos de formação filosófica – histórico-filosófica, temático-interdisciplinar e educativo-filosófica – do curso de Filosofia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Na dimensão histórico-filosófica, a história da filosofia ocidental possui um papel central, bem como a prática de leitura e comentários de textos clássicos da filosofia. Na formação temático-interdisciplinar, as práticas filosóficas se concentram na construção e resolução de problemas complexos, tradicionais ou emergentes, que exigem, necessariamente, um trabalho interdisciplinar em diálogo com as demais disciplinas. A formação educativo-filosófica, voltada especialmente para a licenciatura em filosofia, aposta na esfera educativa da filosofia e do filósofo. A formulação e resolução de problemas entre as áreas de filosofia e a educação é uma das principais preocupações. A investigação parte da compreensão de que a formação do filósofo no século XXI envolve diferentes modos de relação com a tradição filosófica, com os problemas contemporâneos e com os processos educativos-filosóficos. Considerando essas três formações, gostaríamos de entender em que medida esses três eixos de formação indicam sobre o papel do filósofo no século XXI.

Palavras-chave: Abordagem histórico-filosófica; Abordagem temática; Professor-Filósofo.

Abstract:

The objective of this paper is to problematize the three axes of philosophical education – historical-philosophical, thematic-interdisciplinary, and educational-philosophical – within the Philosophy program at São Paulo State University "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP). The historical-philosophical dimension assigns a central role to the history of Western philosophy, as well as to the practice of reading and commenting on classical philosophical texts. The thematic-interdisciplinary dimension focuses philosophical practice on the formulation and resolution of complex problems, whether traditional or emerging, which necessarily require interdisciplinary engagement in dialogue with other fields of knowledge. The educational-philosophical dimension, aimed primarily at teacher education in philosophy, emphasizes the educational role of both philosophy and the philosopher. One of its principal concerns is the formulation and resolution of problems situated at the intersection of philosophy and education. This study is grounded in the understanding that the education of the philosopher in the twenty-first century involves multiple ways of engaging with the philosophical tradition, contemporary problems, and educational-philosophical processes. In light of these three dimensions of philosophical education, we seek to examine the extent to which they illuminate the role of the philosopher in the twenty-first century.

Keywords: Historical-philosophical approach; Thematic approach; Philosopher-Teacher.

1. INTRODUÇÃO

A formação universitária em Filosofia no Brasil foi marcada, ao longo do século XX, pela consolidação de diferentes modos de compreender a atividade filosófica (Domingues, 2017). No contexto da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), as diferentes práticas filosóficas são divididas, tradicionalmente, em três abordagens: histórico-filosófica, temático-interdisciplinar e educativo-filosófica. Essas três perspectivas desempenham um papel fundamental na organização curricular e nas práticas formativas dos estudantes. A tensão entre essas abordagens não se reduz apenas a uma divergência de métodos filosóficos, envolve também diferentes concepções acerca da natureza da Filosofia, da formação do filósofo e da relação entre tradição, ensino e pesquisa no ensino superior. Na abordagem histórico-filosófica, a história da filosofia adquire um papel central, assim como a leitura e o comentário de textos clássicos da tradição ocidental. Formar o filósofo significa, principalmente, formar o historiador da filosofia. A abordagem temático-interdisciplinar desloca o centro da atividade filosófica da história da filosofia para os problemas contemporâneos e complexos, que ultrapassam a dimensão tradicional e disciplinar filosófica. O filósofo é visto como um teórico-temático, cuja atividade se concentra na elaboração e resolução de problemas, em interface com a filosofia e outras áreas do conhecimento. A abordagem educativo-filosófica concebe a atividade filosófica em sua condição educativa. Tem-se como ideal formativo a constituição do professor-filósofo, cujo ofício consiste em filosofar educando e educar filosofando.

Para apresentar esses três eixos de formação filosófica na UNESP, utilizaremos como referência central as ideias presentes nos textos de Arruda (2013), Broens, Gonzales e Haselager (2012) e Rodrigues (2024). Arruda (2013) oferece uma compreensão geral sobre a emergência da filosofia universitária no Brasil, problematizando seus pressupostos e os impactos de uma formação filosófica que se concentrou, hegemonicamente, na prática histórico-filosófica. Broens, Gonzales e Haselager (2012) apresentam os elementos centrais de uma abordagem temática e interdisciplinar de filosofia, defendendo os benefícios formativos dessa prática filosófica em relação à prática histórico-filosófica. Por sua vez, Rodrigues (2024) oferece um panorama da construção da figura do professor-filósofo no Brasil, analisando seus impactos no curso de Filosofia da UNESP.

A discussão sobre essas perspectivas surge da necessidade de compreender como o estudante de Filosofia é introduzido no universo acadêmico e quais práticas são privilegiadas durante sua formação. Esse trabalho evidencia que o ingresso na universidade coloca o

estudante diante de modos diferentes de filosofar que, longe de serem modelos estanques, devem ser vistos como ideais formativos que orientam a formação do filósofo ao longo da graduação.

2. ABORDAGEM HISTÓRICO-FILOSÓFICA

A abordagem histórico-filosófica constitui uma tradição influente no contexto da filosofia universitária brasileira. Sua consolidação está diretamente relacionada ao processo de institucionalização da Filosofia nas universidades, especialmente a partir da criação da Universidade de São Paulo na década de 1930. A implementação dos cursos de Filosofia universitários caracterizou-se pela rejeição e substituição dos manuais de filosofia e história da filosofia pela leitura dos textos filosóficos na língua original, a fim de instituir uma cultura filosófica profissional, em contraposição à cultura filosófica amadora estabelecida no país. Daí em diante, o ensino de filosofia passou a privilegiar os estudos sistemáticos dos textos clássicos ocidentais como fundamento da formação intelectual do filósofo.

A implantação dos cursos universitários de Filosofia no Brasil caracterizou-se inicialmente pela rejeição generalizada e indiscriminada, por motivos que não mencionarei aqui, dos manuais, tanto de filosofia quanto de história da filosofia. No que diz respeito a essa última, isso constituiu na substituição desses manuais pelo estudo direto de textos originais e frequentemente no idioma original, especialmente nos cursos ministrados de 1960 e 1970. Isso foi, naturalmente, um grande avanço, uma grande contribuição que devemos creditar às primeiras gerações de professores de Filosofia no país. O estudo das obras no original veio acompanhado de uma concepção de análise de textos rigorosa, a mais isenta possível, na época associada ao estruturalismo. Como resultado disso, em poucas décadas formou-se no país um corpo de docentes/pesquisadores com grande conhecimento de todas as principais línguas estrangeiras filosoficamente importantes, e com um nível de competência verdadeiramente internacional no gênero do comentário de obras filosóficas (Arruda, 2013, p. 50).

Arruda (2013) divide o estudo histórico-filosófico em duas linhas: uma associada à história das ideias, cujo objetivo central é compreender a evolução e o desenvolvimento dos conceitos e doutrinas filosóficas ao longo do tempo; e outra relacionada ao comentário de obras filosóficas, que se preocupa em reconstituir os sistemas e doutrinas dos filósofos em seu próprio tempo lógico-filosófico. Essas duas dimensões históricas encerram aquilo que se intitula como orientação histórico-filosófica, apesar da centralidade que o gênero de comentário de textos adquiriu no Brasil.

A abordagem histórico-filosófica está presente na formação do curso de Filosofia da UNESP, sob a justificativa de que a história da filosofia constitui a espinha dorsal da formação

do filósofo no Brasil. Esse eixo de formação valoriza o pensamento ocidental, de maneira a trabalhar temas e problemas propostos pelos autores clássicos, especialmente da tradição francesa, alemã e inglesa. Os estudos monográficos adquirem centralidade, valorizando-se as habilidades de leitura e comentário de textos. Mesmos as disciplinas, cujos conteúdos são organizados por temas – ao exemplo da Ética, Filosofia Política, Filosofia da Linguagem, etc –, quando perspectivada historicamente, têm como fundamento teórico os grandes autores da história da filosofia.

A importância formativa da dimensão histórico-filosófica é justificada tanto no aspecto pedagógico, quanto em seu caráter metodológico. Pedagogicamente, considera-se a história da filosofia o alimento do filosofar, ou seja, só um conhecimento aprofundado dos textos clássicos oferece condições de preparo para a atuação filosófica futura – independentemente de qual seja. Isso porque é a história da filosofia que oferece os parâmetros – linguísticos, conceituais, problemáticos, metodológicos – necessários para os filósofos do presente. Mesmo Arruda (2013), que se tornou um crítico da unilateralidade da história da filosofia na formação filosófica universitária, reconhece o seu valor propedêutico:

Quando se fala em história da filosofia e comentário filosófico, pensa-se logo na análise e explicação de texto, no paciente trabalho lógico e semântico de compreensão e exegese dos textos. A disciplina da análise de texto é um meio necessário e muito importante para todos os que trabalham com Filosofia, inclusive para o aprendiz de filósofo. Ela coloca aquele que pratica bem numa situação privilegiada para entender corretamente os textos e fazer utilização desse entendimento, não só em estudos de história da filosofia, mas também no empreendimento de investigação temática. O profissional da Filosofia é ou um Filósofo, ou um comentador, ou um historiador das ideias (ou uma combinação destes), e em qualquer desses casos está crucialmente envolvida, embora talvez em graus variáveis, a análise e explicação cuidadosa de textos (Arruda, 2013, p. 49).

Além de uma dimensão pedagógica, a prática histórico-filosófica pode ter uma dimensão metodológica, quando se tem como objetivo a formação do filósofo com historiadores da filosofia e especialistas/comentadores de texto. Nesse caso, a centralidade da história da filosofia não decorre apenas de uma opção curricular, mas de uma determinada compreensão acerca da natureza da própria Filosofia. Sob essa perspectiva, a filosofia é concebida como uma tradição que se desenvolve historicamente. Em outras palavras, há uma imbricação discursiva entre o filosofar e a história da filosofia. Assim, compreender Platão, Aristóteles, Descartes, Kant, Hegel ou Nietzsche não significa apenas adquirir conhecimento histórico, mas se inserir numa tradição de pensamento, cujos movimentos continuam estruturando os debates filosóficos. Não basta conhecer as teorias dos filósofos; torna-se necessário compreender a lógica interna de cada sistema filosófico, reconstruindo

cuidadosamente seus conceitos, argumentos e pressupostos, para se filosofar contemporaneamente. Nessa perspectiva, Monteagudo (1997) explicita o funcionamento metodológico da trabalho histórico-filosófico:

A filosofia se relaciona com sua história de modo a torná-la permanentemente presente, não de maneira cumulativa ou progressiva, como por exemplo acontece com as ciências naturais, mas de maneira direta. Quando estudamos Platão ou Sartre, sabemos que a filosofia foi produzida em determinadas condições históricas e que só podemos reinterpretar seu pensamento a partir das nossas próprias condições. Filosofar é sempre recomeçar a filosofar. Isso significa que fazemos uma tradução para uma nova conjuntura cultural que produz uma nova reflexão. Estamos assim condenados a recriar: cada momento da nossa vida é absolutamente novo e precisamos sempre recorrer ao velho para explicá-lo. Essa relação obrigatoriamente direta com a tradição filosófica é a forma própria do filosofar. Lembro-me de Kant: “Não se aprende filosofia, quando muito se aprende a filosofar”. Precisamente, filosofia se produz com esse diálogo franco e permanente com o passado. (Monteagudo, 1997, p. 125).

Apesar da importância pedagógica e metodológica da história da filosofia na formação filosófica profissional, a abordagem histórico-filosófica tornou-se hegemônica nos diferentes cursos de Filosofia, especialmente a dimensão do comentário de textos. Arruda (2013) diagnostica essa centralidade com o conceito de comentarismo – regime que escanteou a dimensão temática da atividade filosófica no Brasil. A crítica de Arruda não pressupõe uma desvalorização da análise de texto enquanto modo de fazer filosófico. Tal como foi abordado anteriormente, as próprias ferramentas da história da filosofia oferecem recursos à formação filosófica profissional: entendimento linguístico de outros idiomas; compreensão exegética dos textos filosóficos e uma concepção disciplinar da própria filosofia. No entanto, a exclusividade que se perpetuou com uma maneira de proceder filosoficamente, propiciou uma atrofia filosófica dentro do cenário brasileiro.

3. ABORDAGEM TEMÁTICO-INTERDISCIPLINAR

Há outra perspectiva que constitui uma alternativa à tradição histórico-filosófica no ensino e na pesquisa em Filosofia: a abordagem temático-interdisciplinar. Segundo Arruda (2013), a prática temática é a filosofia propriamente dita, pois coincide com aquilo que os filósofos fizeram ao longo de sua história ocidental, isto é, pensar problemas, cuja complexidade ultrapassa a dimensão disciplinar filosófica, exigindo um diálogo com outras áreas do conhecimento – ao exemplo da matemática, da biologia, da história, da medicina, artes etc. Arruda (2013) afirma que os filósofos não são teóricos disciplinares, eles são estudiosos de questões. Quando se observa o desenvolvimento da tradição filosófica, percebe-se que,

enquanto as doutrinas e os sistemas filosóficos ocupam um lugar secundário, os problemas filosóficos adquirem centralidade, transformando-se historicamente. A história da filosofia é um constante colocar e recolocar de problemas. Em entrevista à Mariana Broens e ao João de Moraes, Arruda assim se expressa sobre a questão:

A filosofia é essencialmente temática. O que não é temática é a história da filosofia. E essa distinção se faz muito importante. Mas a Filosofia, no sentido que os filósofos praticaram, é sempre temática. [...] Para mim, não há qualquer obstáculo em minha prática, em meu pensamento, além da conveniência de sacrificar a identidade da Filosofia mergulhando num conjunto multidisciplinar. Por quê? Porque no meu pensamento nós não somos estudiosos de disciplinas. Eu não sou. Nós somos estudiosos de questões; onde as questões estiverem, estaremos lá. Há questões estrangeiras à Filosofia, como, por exemplo, na História natural, na Neurociência etc., que possuem, aparentemente, relevância para clarificar questões da Filosofia da Mente (e.g. identidade mente-corpo, entre outras) (Broens; Moraes, 2014, p. 308-310).

Segundo Arruda (2013), o exercício filosófico inicia-se com uma atitude de perplexidade diante da realidade e se desenvolve através da formulação de problemas. Apesar de toda investigação filosófica partir de uma pergunta, nem toda pergunta constitui um problema filosófico. Um problema exige, além da formulação interrogativa, um envolvimento existencial do sujeito com a questão, de maneira a torná-la *um problema visceral*. O problema precisa ser vivido como uma necessidade intelectual, despertando interesse genuíno por sua investigação. Não basta formular uma dúvida abstrata; é necessário experimentar a inquietação que impulsiona a busca por esclarecimentos.

Nesse sentido, a história da filosofia deixa de desempenhar o papel de fundamento da investigação e passa a ocupar uma função complementar. Os filósofos são mobilizados porque podem oferecer contribuições relevantes para determinados problemas, e não porque pertencem são um ponto de partida necessário, sem o qual se torna imprescindível para compreender a questão. Recorre-se a Platão, Aristóteles ou Kant, por exemplo, desde que suas reflexões contribuam para esclarecer a questão em análise, embora o retorno histórico não seja necessário. Assim, o centro da investigação deixa de ser o autor para tornar-se o problema.

No texto *Informação e Ação: Notas sobre a experiência interdisciplinar na Filosofia*, (Broens; Gonzales; Haselager, 2012), encontramos outro aspecto central da abordagem, a interdisciplinaridade. Broens, Gonzales e Haselager (2012) apontam que a interdisciplinaridade vem romper com os limites impostos pela história da filosofia ao pensamento filosófico contemporâneo. Os estudos em filosofia não necessitam ser mediados pelas formulações históricas postos pelos clássicos. Ainda que tal medida se constitui, historicamente, como uma saída institucional e acadêmica para preservar o rigor intelectual dos debates e pesquisas, ela

também se torna uma moral que aprisiona o novo aos parâmetros dos clássicos, impedindo que as investigações caminhem por outras direções.

Para muitos, a reflexão filosófica será reconhecida como tal se apenas estiver inserida numa rota filosófica previamente traçada pelos clássicos. Esta concepção constitui basicamente uma salvaguarda metodológica, desejável, contra tentativas ingênuas de resolver problemas através de argumentos ou instrumentos reflexivos anteriormente postulados, evitando-se, assim, “arrombar portas abertas” ou “reinventar a roda”. Mas uma aplicação extremada dessa salvaguarda acaba por gerar uma tese problemática: a de que o exercício filosófico deve se submeter à autoridade dos clássicos (Broens; Gonzales; Haselager, 2012, p. 94).

Por mais que a história da filosofia possa oferecer instrumentos para enfrentar problemas contemporâneos, a abordagem temático-interdisciplinar cultiva uma outra relação com o passado, sem resguardar a autoridade dos clássicos, a fim de dialogar com as contribuições que se estabelecem com outras áreas do conhecimento. A abordagem temático-interdisciplinar amplia o horizonte investigativo, reconhecendo que muitos problemas contemporâneos exigem contribuições e outras linhas de pensamento provenientes de diferentes áreas do conhecimento. A interdisciplinaridade não significa uma simples justaposição de conhecimentos. A Filosofia não abandona sua identidade nem se dissolve nas demais ciências. Ao contrário, ela assume uma função articuladora, utilizando instrumentos capazes de integrar contribuições oriundas das diferentes áreas do saber com o intuito de promover o diálogo interdisciplinar, de modo a ampliar as possibilidades de compreensão dos problemas, sem eliminar a especificidade da reflexão filosófica.

Essa perspectiva propõe uma reorganização das prioridades da investigação filosófica, deslocando o foco da interpretação dos sistemas clássicos para a problematização de questões filosóficas. O problema deixa de ser entendido como consequência do estudo da tradição para assumir a posição de elemento central do próprio processo de filosofar. Essa centralidade do problema representa uma das principais diferenças em relação à abordagem histórico-filosófica. Enquanto esta organiza a formação a partir da sucessão histórica dos sistemas filosóficos, a abordagem temática estrutura o percurso investigativo conforme os problemas que atravessam o sujeito.

Dessa maneira, apresentamos de maneira sucinta os dois pressupostos fundamentais da abordagem temático-interdisciplinar: a relevância do problema e o seu caráter interdisciplinar. Esses dois componentes oferecem um panorama sobre a dinâmica de ensino e pesquisa nessa abordagem. O filósofo será formado para pensar problemas que emergem da contemporaneidade. Além de um domínio disciplinar da história da filosofia, a formação busca

manter uma interlocução com resultados científicos contemporâneos, a fim de formular e resolver os problemas.

Em seguida, apresentaremos a abordagem educativo-filosófica e como o contraste entre essas três possíveis respostas unespianas permitem desvelar aspectos formativos do filósofo na contemporaneidade.

4. ABORDAGEM EDUCATIVO-FILOSÓFICA

A figura do professor-filósofo é recente na literatura acadêmica do campo do Ensino de Filosofia, tendo suas primeiras formulações no início do século XXI (Rodrigues, 2024). Inspirada nas construções discursivas da Filosofia da Educação que entendem a atividade filosófica como uma prática de formação por excelência, o professor-filósofo tornou-se um ideal de resistência à cisão acadêmica entre a dimensão filosófica e a dimensão educacional. Dentro dos cursos universitários de filosofia, essa cisão se manifesta, principalmente, através da diferenciação hierárquica entre o bacharelado e a licenciatura, distinguindo o professor do filósofo. Nessa relação, o bacharel assume uma função criadora de conhecimentos, seja como elaboração de um comentário original – tal como preconiza a abordagem histórico-filosófica –, seja através da formulação e resolução de problemas, em diálogo com outras áreas de saber – aos moldes da abordagem temático-interdisciplinar. De uma maneira ou de outra, o bacharel – verdadeiro filósofo – contribui para o enriquecimento dos conhecimentos filosóficos. Em contrapartida, as práticas do licenciado não são qualificadas como um exercício filosófico, e sim educacional. Dentro dessa concepção, quem é professor de filosofia apenas reproduz o saber criado, pois sua função consiste em oferecer uma mediação entre os leigos e a tradição filosófica. A única criação possível diz respeito à dimensão didática e pedagógica.

Mas será que, para ser professor de filosofia, não seria necessário filosofar? Pode a filosofia ser transmitida separadamente do seu ato filosófico? Para romper com essa dicotomia entre fazer filosofia e ensinar filosofia, entre ser filósofo e ser professor de filosofia, surge o conceito de professor-filósofo e de uma prática filosófica que se faz como ensino e educação.

Não se pode ser um filósofo sem ser, de alguma maneira, professor-filósofo; e tampouco o professor de filosofia tem condições de exercer seu ofício, seja na universidade ou na educação básica, sem ser um professor-filósofo. Restaurar a experimentação filosófica nas práticas de ensinar e aprender filosofia, mantendo uma visceralidade com o pensamento e os problemas, torna-se imprescindível para inventarmos uma filosofia de professores e colocar em prática nossa filosofia do ensino de filosofia, que é uma filosofia que fazemos seguindo o ofício vital de sermos professores (Rodrigues, 2024, p. 198-199).

Um dos principais aportes que sustenta essa prática é a emergência grega da filosofia no ocidente, cujas atividades eram inseparáveis de uma concepção política e ética. Nas palavras de Severino, “a filosofia se torna uma *paideia*, na medida em que, necessariamente, se destina a formar a coletividade humana. Por isso mesmo, e na exacerbação, todo filósofo é educador da cidade” (2000, p. 13). Ora, quando o filósofo se torna educador, só se pode filosofar educando ou educar filosofando – daí em diante, o filosofar se torna uma atividade relacional, que exige uma transformação daqueles que dela participam.

Dentro dessa concepção, o professor-filósofo não é um mero transmissor de conhecimentos. Sua prática não se limita a oferecer um acesso pedagógico à cultura filosófica acumulada historicamente. De fato, assume-se um compromisso com o filosofar, transformando as salas de aula em um espaço por excelência da prática filosófica, onde professores e estudantes sejam, qualitativamente, filósofos, experimentando filosoficamente os próprios pensamentos.

Entre as paredes das instituições educativas – escolas e universidades – tem-se a possibilidade de emergir uma forma de experimentar a filosofia, em que o professor não desempenha o papel de transmissor de conhecimentos, de juiz do verdadeiro e do falso, mas do filósofo educador; e os estudantes, por sua vez, deixam de lado o papel de receptor, para encarnar a figura do aprendiz de filósofo (Rodrigues, 2024, p. 120-121).

Nesse caso, a experiência filosófica não se restringe aos filósofos canônicos; tampouco está concentrada nas mãos dos bacharéis – em sua abordagem histórico-filosófica e temático-interdisciplinar. Ao contrário, o filosofar é um direito de todos e se manifesta de forma plural, na universidade, na escola e em outros espaços institucionais. Pode-se dizer, então, que o filosofar-educativo assume uma face ética. Educar-se filosoficamente não significa adquirir conhecimentos, e sim transformar-se eticamente. Antes de um conhecimento a ser adquirido – uma série de saberes, de habilidades e competências inerentes à filosofia –, está em jogo uma educação enquanto ética, que implica, necessariamente, uma modificação daquilo que se é. Ainda que a prática universitária e escolar de filosofia fortaleçam uma imagem de filosofia como um exercício de produção teórico-abstrata, que almeja explicar problemas universais, uma prática educativo-filosófica aposta num exercício do filosofar como experimentação do pensamento que, ao invés de ser associado à compreensão e elaboração ou domínio de uma teoria filosófica, se faz como cultivo de uma atitude, de um *ethos*, em que a realidade e a vida sejam a matéria prima do pensar.

Formar o professor-filósofo consiste em prepará-lo para uma atividade educativo-filosófica. Professores e estudantes não são concebidos como agentes passivos face à filosofia,

e sim como atores-filósofos que pensam a própria vida, utilizando não só os recursos historicamente acumulados pela tradição filosófica, mas as ferramentas que acumularam ao longo da existência. Nesse registro, estudantes e professores têm o direito aos próprios problemas; têm o direito a um filosofar que se pratica em convivência, que se faz em comunidade, que se atualiza no espaço comum das diferentes instituições educativas.

O professor-filósofo é uma saída que os agentes do campo do Ensino de Filosofia encontram para fundamentar, principalmente, os projetos de formação de professores de filosofia na contemporaneidade. Apesar de estar voltada à licenciatura, a ideia de um filosofar-educativo não se restringe à educação básica, podendo ser uma prática universitária e de outros espaços institucionais. A partir dela, não se justifica uma separação entre filosofia e educação, tampouco entre a atividade do filósofo e do professor.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No século XXI, filósofos são formados, em sua grande maioria, nas universidades. Este trabalho explorou três concepções de formação que permeiam a preparação profissional do filósofo na UNESP, indicando os pressupostos centrais e as práticas que as envolvem. Longe de esgotarmos a questão, esperamos ter mostrado algumas distinções, confluências e contradições entre as abordagens histórico-filosófica, temático-interdisciplinar e educativo-filosófica. A partir delas, percebe-se que o filósofo ainda pode desempenhar diferentes papéis na contemporaneidade. Como historiador da filosofia, o filósofo se torna um intérprete da cultura filosófica acumulada, atualizando-a através de seus comentários. Na perspectiva temático-interdisciplinar, o filósofo se torna um pensador de problemas contemporâneos, conectando-se com outros profissionais e campos disciplinares para enfrentar problemas complexos. Nesses dois casos, ainda prevalece uma cisão entre ser professor e ser filósofo, embora a atividade docente seja parte do ofício profissional do filósofo no Brasil. No entanto, na perspectiva educativo-filosófica, o filósofo alcança sua verdadeira potência quando se expressa como professor-filósofo, ou seja, quando filosofa educando e educa filosofando. Nessa condição, a experiência do filosofar se democratiza, fortalecendo uma prática ética e política do pensar.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, A. T. M. Filosofia geral e problemas metafísicos. In: PRADO, L. L.; SCHLÜNZEN JR, K.; SCHLÜNZEN, E. T. M. (Org). **Filosofia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, v. 1. 2013, p. 15-54.

BROENS, M. C.; GONZALEZ, M. E. Q.; HASELAGER, W. F. G. Informação e Ação: Notas sobre a experiência interdisciplinar na Filosofia. In: GONZALES, M. E. Q.; BROENS, M. C.; MARTINS, C. A. **Informação, Conhecimento e Ação Ética**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012 p. 91-107.

BROENS, Mariana Claudia; MORAES, João Antônio. Entrevista com o Prof. Dr. Antonio Trajano Menezes de Arruda. In: BROENS, Mariana Claudia; MORAES, João Antônio; SOUZA, Edna Alves. **Informação, Complexidade e Auto-organização: Estudos interdisciplinares**. (Org.). Campinas: UNICAMP, Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência, 2014. p. 307-314.

DOMINGUES, Ivan. **Filosofia no Brasil: Legados e Perspectivas**. Ensaios metafilosóficos. São Paulo, Ed. Unesp, 2017.

MONTEAGUDO, Ricardo. Filosofia no segundo grau: necessidade e utilidade dos textos clássicos. *Dissenso: revista de estudantes de filosofia*, São Paulo, Brasil, n. 1, p. 123–126, 1997. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/dissenso/article/view/105036>.. Acesso em: 24 jul. 2026.

RODRIGUES, Augusto. **Heranças Político-Filosóficas de ensinar e aprender Filosofia: Do campo do ensino de Filosofia à trajetória formativa na UNESP**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024.

SEVERINO, ANTONIO Joaquim. **Prólogo**. In: GALLO, Sílvio; KOHAN, Walter Omar (Org). *Filosofia no ensino médio*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 11-14.